

MAR. 2023
VOL. 004

Aqui há futuro!

INSPIRA A MUDANÇA



entrevista

**Francisco Cordeiro
de Araújo**

"A nossa missão é contribuir para o desenvolvimento da democracia portuguesa com isenção e pragmatismo."

Índice

4. A RAINHA DE COPAS

FERNANDO SANTOS

6. O DEBATE SOBRE A UCRÂNIA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIOGO RIBEIRO

10. É PREFERÍVEL NÃO GANHAR UMA ELEIÇÃO, A PERDER TUDO NUMA

VITOR VASQUES

12. ENTREVISTA

FRANCISCO CORDEIRO DE ARAÚJO

20. A HISTÓRIA DE UMA SERVA

MÓNICA CORREIA

22. A "MUNICIPALIZAÇÃO" DA EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE OEIRAS

HÉLDER SÁ

24. PELOS CAMINHOS DE...

FÓRUM MUNICIPAL DE OEIRAS

25. LIVROS

SÁ CARNEIRO

25. CARTOON - O CONDE E O MARQUÊS


SENHOR PATINHOS

26. UM CLIQUE PARA MELHORAR A HABITAÇÃO

PEDRO FONSECA

"O Mundo e a História tirarão à Rússia muito mais do que os mísseis Russos estão a tirar à Ucrânia."

Volodymyr Zelensky



**Um ano de
guerra na
Ucrânia**

24 de Fevereiro de 2022
24 de Fevereiro de 2023



editorial

A Rainha de Copas



FERNANDO SANTOS
POLITÓLOGO

No final do século XIX, Lewis Carroll publicou uma das obras mais emblemáticas da literatura infantil: Alice no País das Maravilhas. Uma das principais personagens, como todos se recordam, era a Rainha de Copas, cuja solução para todas as suas trapalhadas era a exclamação “Cortem-lhes a cabeça!”.

Se transportássemos esta estória para o atual contexto nacional, poderíamos adaptar o título para “Alice no País dos Socialistas”, em que a personagem da Rainha de Copas seria desempenhada na perfeição por António Costa.

Em todo este folhetim que se transformou o dossier da TAP, é para todos evidente que a

demissão da presidente executiva e do chairman da empresa não foi nada mais do que um “cortem-lhes a cabeça”, perante a incapacidade de assacar responsabilidades políticas aos verdadeiros responsáveis pelo pagamento da indemnização à Engenheira Alexandra Reis, e à sua subsequente nomeação para presidente da NAV.

Isto porque, ao contrário do que nos querem fazer crer, ainda subsistem muitas dúvidas relativamente aos contornos de um processo que mais parece um jogo do empurra.

Senão vejamos: no relatório do IGF, é assumido que a Autoridade Tributária e o Ministério das Finanças não tinham qualquer conhecimento do acordo de rescisão da Engenheira Alexandra Reis.

Ora, a ser verdade isto é no mínimo estranho, porque a quando da Assembleia-geral da TAP para aprovação das contas relativas a 2021, onde já consta a “renúncia” de Alexandra Reis do Conselho de Administração (página 25), o representante do Estado Português estava presente e, como tal, deveria ter procurado averiguar dos motivos desta renúncia e os valores pagos a título indemnizatório.

Mais, o representante do Estado por norma é o Diretor

Geral do Tesouro, que é portador de carta mandadeira emitida pela tutela, e cujo sentido de voto deve ser devidamente fundamentado por uma análise exaustiva do relatório e contas da TAP por parte dos assessores da Direção Geral do Tesouro, com conhecimento direto ao Secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

Portanto, ou sabiam e estão a omitir a verdade, ou de facto eram desconhecedores da situação e estamos a falar de uma profunda incúria por parte do governo, que não se preocupa minimamente com a gestão de uma empresa pública que, ao longo dos últimos anos, tem sido um autêntico sorvedouro do dinheiro de todos os portugueses.

Se a isto somarmos o facto do pagamento da indemnização ter tido o aval direto de Pedro Nuno Santos, antigo Ministro das Infraestruturas, e de Christine Ourmières-Widener (CEO da TAP) ter declarado que estava tudo articulado com a tutela... Então “something smells very fishy!”.

Mas as interrogações não ficam por aqui. Pelo contrário, apenas se adensam com a nomeação de Alexandra Reis para a NAV.

Nessa altura a Autoridade Tributária já estaria certamente ciente do acordo de saída de Alexandra Reis da TAP

e da indemnização que lhe havia sido atribuída. E como já vimos, esta informação já constava dos relatórios e contas da TAP, sendo, portanto, do conhecimento do Governo, quando este, em 30 de junho de 2022, por despacho em Diário da República a nomeou para Presidente da NAV.

Nessa altura ninguém no Ministério das Infraestruturas, no Ministério das Finanças (já com o Fernando Medina), ou no gabinete do Primeiro-ministro se preocupou em saber porque é que Alexandra Reis havia saído da TAP e em que condições? Ninguém colocou em causa a questão de poder existir uma violação do estatuto do Gestor Público?


E do lado de Alexandra Reis, porque é que não houve o exercício do direito de recuo para as suas anteriores funções de Chief Procurement Officer

da TAP (2017-2020), uma função que certamente não seria pior remunerada que o de CEO da NAV, e seria com toda a certeza um “emprego para a vida”?

Terá Alexandra Reis prescindido desta possibilidade por já saber que iria ser nomeada para a NAV, e que não poderia incorrer numa situação de conflito de interesses? Não é curioso que, num mandato de 4 anos, a diferença salarial entre vogal do Conselho de Administração da TAP e Presidente da NAV seja de aproximadamente 500 mil Euros? Todas estas questões continuam por responder, e muitas são de natureza política.

Talvez tenha sido por isso mesmo que António Costa, a nossa Rainha de Copas gritou do alto de São Bento: “cortem-lhes a cabeça”.

Num país em que normalmente a culpa morre solteira, poderemos sempre especular se este caso não traz “água no bico”, e se a demissão extemporânea de Christine Ourmières-Widener e de Manuel Beja não se trata apenas uma tentativa de salvar a pele aos principais titulares do Ministério das Finanças...

Pode ser que tudo se venha a esclarecer em sede de justiça, mas relativamente a Christine Ourmières-Widener e a Manuel Beja justiça lhes seja feita: ficarão para a história por terem conseguido recuperar financeiramente a TAP e de pôr a empresa novamente a dar lucros, algo fundamental para a concretização do processo de privatização, que aliás, nunca deveria ter sido revertido. 



reportagem

O debate sobre a Ucrânia na Assembleia da República



DIOGO RIBEIRO
DOCENTE UNIVERSITÁRIO

No passado dia 24 de fevereiro de 2023 organizámos uma visita ao Parlamento para assistir ao debate sobre a situação da Ucrânia, promovido pelo Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva. Foi este que introduziu o debate, salientando que “quando uma das partes provoca a guerra, agredindo militarmente a outra parte, esta tem não só o direito como o dever de se defender pelas armas; nós queremos a paz para a Ucrânia; a paz passa pelo fim da agressão russa, e pela retirada incondicional das forças ocupantes do território ucraniano”.

Passando à fase do debate, a palavra foi dada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho. Este destacou o apoio de Portugal aos refugiados ucranianos, “tendo Portugal recebido até à data quase 60 000 pedidos de proteção temporária; a esses ucranianos, que encontraram

refúgio em Portugal, quero dizer muito singelamente que são bem-vindos entre nós, o tempo que for necessário, até que possam retomar as suas vidas na Ucrânia”.

Seguiu-se uma intervenção do deputado Sérgio Sousa Pinto, em nome do PS, que teve o mérito de ser uma das mais eloquentes da sessão. Invocando a experiência do passado na Europa, recordou o Outono de 1938, quando o exército alemão se concentrou na fronteira entre a Alemanha da Checoslováquia: “6 meses depois, a Checoslováquia tinha deixado de existir; as democracias europeias da época entregaram a Checoslováquia ao agressor; julgavam assim servir a causa da paz, sacrificando quem queria defender-se e lutar pelo seu direito a existir; o resultado foi a reversão da ordem internacional pela força, e uma guerra inimaginável”. A Ucrânia não pode perecer “como a Checoslováquia pereceu”.



Para intervir em nome do PSD, o primeiro a ter a palavra foi Joaquim Miranda Sarmiento. Num breve discurso assente no conceito de solidariedade, destacou “a forma unida como a Europa tem respondido no apoio à Ucrânia”, e recordou “que é à diplomacia que compete resolver conflitos, e não à guerra”.

O deputado Diogo Pacheco de Amorim, do Chega, destacou o “valor das nações, das suas raízes, e das suas fronteiras” e deixou uma homenagem aos



O PRESIDENTE DA UCRÂNIA, VOLODYMYR ZELENSKY, DISCURSOU NO PARLAMENTO PORTUGUÊS EM 21 DE ABRIL DE 2022

CRÉDITOS: JORNAL DE NOTÍCIAS FOTO: PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGENS

soldados anónimos que defendem as fronteiras da Ucrânia.

O deputado Rodrigo Saraiva, da IL, optou por uma homenagem direta ao Presidente da Ucrânia, afirmou que a causa dos ucranianos “é também a nossa causa”, e apontou a contradição de “forças políticas que se dizem defensoras da paz, enquanto justificam a guerra de agressão desencadeada pela Rússia”.

Da parte do PCP, o deputado Bruno Dias teve uma intervenção em dissonância com os restantes grupos parlamentares, acusando “as grandes empresas” de acumularem lucro “com a

confrontação, com a guerra, com a corrida armamentista, com as sanções”. “É urgente parar a política de instigação de confronto”, apelando a que “Estados Unidos, NATO e União Europeia cessem de instigar e alimentar a guerra na Ucrânia”, o que arrancou os primeiros protestos ruidosos das bancadas.

Em seguida, foi dada a palavra ao deputado Rui Tavares, do Livre, que dispunha apenas de um minuto para intervir. Contudo, numa comunicação de extrema eficácia, foi direto ao assunto: “Putin para quando for parado”.

A deputada Inês Sousa Real, em nome do PAN, fez uma intervenção onde destacou as

“atrocidades”, os “atos genocidas”, “os atos de violência sexual”, os “atos de tortura”, e o “ecocídio, com dezenas de milhares de hectares de floresta ardida”, e “a morte de milhões de animais”. Referiu que estes atos “devem ser investigados, julgados e devidamente punidos”.

Seguiu-se a segunda intervenção do PSD, pelo deputado Tiago Moreira de Sá. Este distinguiu três formas de ver o mundo: o mundo de Thomas Hobbes, em que a justiça é sinónimo de força bruta; o mundo de Hugo Grócio, onde as relações entre os Estados são reguladas pelo direito internacional; e o mundo de Immanuel Kant,

AQUI HÁ FUTURO!

onde existe uma paz democrática, perpétua e global. À luz desta distinção, Tiago Moreira de Sá demonstrou de forma elucidativa como as ações do regime russo são “uma desconsideração completa das normas, leis, instituições e valores internacionais mais elementares”, um autoritarismo “antitético da conceção de civilização das democracias”. Este discurso foi bastante aplaudido.

Numa segunda intervenção da IL, a deputada Patrícia Gil Vaz voltou a elogiar o heroísmo do Presidente da Ucrânia e da “resistência ucraniana”, sem esquecer que os próprios russos estão “cada vez mais oprimidos e esmagados pelas consequências da guerra”. Defendeu a “cooperação global contra ameaças comuns”, e a necessidade de “vencer a barbárie”.

Em nome do BE, o deputado Pedro Filipe Soares também começou por classificar a guerra como uma “barbárie”, mas apontou o dedo tanto ao “belicismo imperialista” da Rússia, como ao “militarismo” da NATO. Terminou com um apelo à paz, mas sem apresentar qualquer plano para a concretizar.

Pelo PCP, a deputada Paula Santos tentou um apelo ainda mais emotivo a um conceito de paz baseado no pressuposto que, se baixássemos os braços, tudo ficaria resolvido. Com o mote “para onde nos querem empurrar”, encenou um

discurso cuja implicação subjacente seria fechar os olhos à agressão continuada da qual a Ucrânia está a ser alvo.

Numa terceira intervenção da IL, o deputado Rui Rocha recuperou o sentido moral da discussão. Começando por dizer que “temos que ganhar também a batalha das palavras”, fez uma descrição dos factos com clareza e frontalidade, distinguindo a posição “daqueles que condenam veementemente a Rússia, e daqueles que invocam a paz, mas tudo que querem é cedência parcial ou total”.

Pelo Chega, o deputado André Ventura recuperou a mesma ideia, dizendo que “aqueles que, sobre um falso pacifismo qualquer, querem fingir que devemos entregar partes do território ao agressor, estão do lado errado da história”. Defendeu ainda a integração da Ucrânia na União Europeia.

A terceira intervenção do PSD ficou a cargo de Ricardo Baptista Leite. Da sua experiência de médico e da visita à Ucrânia, descreveu os horrores a que as mulheres ucranianas estão sujeitas neste conflito, com exemplos de vários casos reais. Não foi um discurso fácil de ouvir, mas foi um discurso muito necessário. Ricardo Baptista Leite pôs o dedo na ferida e cumpriu um dos desígnios do PSD - o desígnio de apelar à consciência e de defender a dignidade humana. Terminou dizendo que “não podemos aceitar outro cenário que não





seja a recuperação integral do território da Ucrânia; hoje, os ucranianos estão a lutar pela liberdade, pela democracia, e também pelos valores europeus; na realidade, as forças ucranianas estão a lutar por todos nós”.

Para uma segunda intervenção do PS, foi chamado o deputado Eurico Brilhante Dias. Por comparação com os discursos precedentes, este limitou-se a reiterar um conjunto de generalidades e factos bem conhecidos. Talvez a passagem mais relevante tenha sido a citação de Robert Schuman: “a paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços à medida dos perigos que a ameaçam”.

Para encerrar o debate em nome do governo, foi dada a palavra ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho. Este agradeceu de forma construtiva as intervenções de todos os grupos parlamentares, exceto no caso do PCP, em que salientou “fundamentais divergências” e concluiu que “é profundamente minoritária a franja de população portuguesa que recusa a devida solidariedade à Ucrânia”. Terminou dizendo que “é muito reconfortante verificar que a condução da nossa política externa, em relação a esta trágica guerra, assenta num respaldo tão amplo nesta casa representativa da democracia portuguesa”. ⁱ

reflexão

**É preferível
não ganhar
uma
eleição, a
perder
tudo numa**



VITOR VASQUES
CEO CO-UP | BUSINESS
ACTIVATION



Se há algo do qual enquanto sociedade devemos ter repúdio e profunda vergonha é do drama que nas nossas fronteiras vivem todos aqueles que, na esperança de uma vida melhor, mais justa, mais livre e sem medos, tudo estão dispostos a arriscar, desde as suas próprias vidas até à dos que mais amam.

Arriscam entrar numa Europa que, apesar precisar deles, vive no medo de despertar os seus mais ignóbeis fantasmas e, contrariando toda a lógica, todos os seus valores, princípios e até as suas

próprias origens, prefere ignorar e deixar morrer aqueles que, na busca da sobrevivência, também a poderiam salvar.

Haverá alguma pessoa que tenha tido oportunidade de escolher onde e de quem nascer, para que possa reclamar direito próprio sobre o local de seu berço, a sua cor como superior ou mais forte o seu género?

Não, nem uma. Ninguém escolhe onde ou de quem nasce, é apenas a pura e cega sorte, ou a sua falta.

Será justo por tão razão tão arbitrária e aleatória qualquer ser humano, igual a todos os demais, ter condicionada toda a sua existência? Será assim tão hediondo o crime que cometeu ao nascer onde e de quem nasceu para que lhe seja vedada qualquer segunda oportunidade?

Do que temos medo? “Ameaçam a nossa segurança”, dizem uns - mas haverá ser humano que possa constituir



CRÉDITOS: AQUI HÁ FUTURO!

qualquer perigo depois de, por tão efémera possibilidade, expor tudo que mais ama a tamanhos riscos? “Ameaçam o futuro dos nossos filhos”, dizem outros - vão roubar o trabalho que não queremos, os ofícios que já não sabemos ou o esforço que já não precisamos fazer? Cobardes balelas sem qualquer fundamento, meros fantasmas. Temos tanto medo que o extremismo se apodere da nossa sociedade que cada vez mais nos convertemos nos extremistas que evitamos, qual bêbado a desviar-se do poste que o persegue.

Faltar coragem aos nossos governantes para assumir

políticas concretas, corretas e justas não espanta ninguém, afinal, é como em tantas outras matérias. Mas neste tema não, pois trata-se de vidas humanas e não demos o nosso voto para que em nosso nome, por uma segurança nunca ameaçada ou futuro duvidoso, possamos deixar morrer horrorosamente quem nos pede apenas a oportunidade de uma vida condigna.

Não demos o voto a ninguém para nos fazer passar tão profunda vergonha, tão desumana, tão mesquinha e desalmada desumanidade, que um dia com toda justiça nos será cobrada, se não desde logo

pelos nossos descendentes, de certeza pelos tribunais da alma seja qual for a religião que professemos.

Os campos de concentração e extermínio nazis tinham populações vizinhas, pessoas que, qual avestruzes, preferiam ignorar a barbárie que neles se passava a denuncia-la. Após a descoberta ficaram expostas à vergonhosa cumplicidade do seu silencio. Não, esse dedo não podemos deixar que nos apontem. Não! Esse tipo de cumplicidade nunca mais podemos ter ou permitir que aqueles que elegemos para nos governar nos façam sentir.

Nunca um social-democrata, um humanista, poderá ser um extremista ou compactuar com aqueles que deste flagelo, que se impregna e cada vez mais mancha a dignidade de todos os Europeus, fazem sua bandeira, seja porque razão for.

Somos pessoas de bem, fieis aos nossos valores e princípios, aceitamos todos que igualmente os respeitem, mas combatemos fericamente todos que os desprezem. É uma pequena diferença? Talvez, mas faz a diferença toda e por isso, por essa singela diferença, é preferível não ganhar uma eleição, a perder tudo numa. i

AQUI HÁ FUTURO!

entrevista

Francisco Cordeiro de Araújo

***"Um estado moderno
deve primar pelo
respeito absoluto das
liberdades individuais."***

OS230

www.os230.pt



FUNDADOR DE "OS 230", UM PROJETO DE RESPONSABILIDADE CÍVICA INDEPENDENTE QUE PRETENDE REFORÇAR A DEMOCRACIA PORTUGUESA E PROMOVER A PARTICIPAÇÃO CÍVICA CONSCIENTE.



ATIVIDADE DO PROJETO "OS230" COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA A RECEBER DE FRANCISCO ARAÚJO UMA T-SHIRT, BRAGANÇA. CRÉDITOS: OS230

Como surgiu o projeto Os 230 e qual é a sua essência? De onde surgiu o teu interesse pela política?

Desde miúdo que a política me interessou, apesar de nunca sentir o apelo de me envolver em qualquer militância formal. Em 2020, com o fechar de um ciclo na minha vida, quis criar um projeto novo e com pessoas fora da minha rede de conhecidos. A ideia de entrevistar deputados já fervilhava na minha cabeça há algum tempo, porque me fazia alguma confusão sermos uma democracia representativa, em que os representados não conhecem verdadeiramente os seus representantes.

Comecei então por me propor ao desafio de entrevistar todos os deputados à Assembleia da República. Perguntei a amigos se conheciam pessoas que pudessem ter interesse em pertencer a um projeto cívico e que tivessem competências de audiovisual. Foi assim que conheci logo a Inês França e a Daniela Loulé.

Quando lançámos o vídeo de apresentação, muito pela qualidade que elas impuseram neste trabalho, alcançámos muitas pessoas e o passa a palavra começou, e com o apoio de divulgação da Comunidade Cultura e Arte e o contacto com os media, esse processo foi ainda mais rápido.

Quais são os principais objetivos deste projeto?

A nossa missão é contribuir para o desenvolvimento da democracia portuguesa com isenção e pragmatismo. Nesse sentido, queremos fomentar a participação consistente e responsabilidade cívica, o diálogo democrático, o reforço da sociedade civil, a literacia política e esbater a distância entre cidadãos e mundo político.

Para isso, além das entrevistas a deputados e eurodeputados, criámos a Democracia 101 e Democracia nas Escolas, a Sociedade 2.30, uma campanha nacional no terreno, especiais eleições e

terreno, especiais eleições e outras iniciativas. Já começámos a replicar alguns destes projetos em Moçambique e o nosso objetivo é expandirmos para muitos mais países, criando uma rede internacional chamada Democracia 2.3.

Até agora, qual foi a iniciativa de Os 230 que mais te entusiasmou.

Durante o verão de 2021, realizámos uma campanha nacional de participação cívica com uma viagem de 18 dias pelos 18 distritos, fazendo um retrato do nosso país e do estado da nossa democracia. Foi uma viagem intensa, com atividades planeadas em todos os distritos, com o apoio de organizações e jovens locais, bem como dos voluntários da nossa equipa espalhados pelo país. Muito foi também improvisado, e eu e o Tiago Guerreiro, que tem um grande talento e brio no que faz, vivemos muitas aventuras. Aprendemos muito sobre a nossa pátria e os nossos concidadãos. Agora faltam as ilhas e a nossa diáspora.



VIAGENS PELOS DISTRITOS NO ÂMBITO DO PROJETO "OS230", VISEU E BRAGA. CRÉDITOS: OS230

Os 230 já entrevistaram dezenas de deputados da Assembleia da República... Os políticos são todos iguais como diz o ditado popular?

Essa é uma das mensagens que tentamos passar, claro que não são todos iguais.

Confesso que achava que grande parte tinha um percurso semelhante, começando cedo nas juventudes partidárias e contactando ao longo do tempo com a política nacional, mas surpreendi-me. Uma parte significativa dos deputados vêm da política local e foram sugeridos pelas suas concelhias para integrar as listas do seu círculo, depois de desempenharem funções autárquicas.

Conseguir falar com pessoas tão diferentes, que pensam de maneiras às vezes oposta é algo que nos faz abandonar qualquer bolha. Além de diferentes ideias são pessoas com as suas vidas fora da política, com diferentes objetivos e sobretudo com diferentes percursos e maneiras de ser.

Por muitas bolhas que existam é perigoso tomar todos por iguais, porque se a adjetivação é pejorativa, ninguém com bom senso, por muito bom que seja, se vai sujeitar a esse rótulo. Mesmo se acharmos que são quase todos maus, então não afastemos os bons de querer substituir os maus. A política não pode ser vista de uma lógica maniqueísta.

Qual é o político que gostaste mais de entrevistar?

É uma pergunta que me fazem recorrentemente, mas sinceramente não tenho uma resposta na ponta da língua. São tantos nomes e histórias. Por exemplo, gostei muito de conhecer o Tino de Rans e as suas muitas lições de vida, é uma pessoa com sentido de compromisso enorme. A entrevista ao Cotrim Figueiredo é marcante não só por ter sido o primeiro, mas também por ser uma pessoa com uma boa disposição contagiante, os anteriores vices Fernando Negrão e José Manuel Pureza que têm muito mundo, o Sérgio Sousa Pinto que cria um grande estímulo

intelectual e que se sente que é bastante respeitado pelos deputados da comissão que preside.

Na minha cabeça associo sempre os deputados a uma história, à sua terra ou a algo particular. A Catarina Martins adora sopa, o André Pinotes Batista e-games, lembro-me que o Luís Graça veio a pé da fundação Saramago, o Pedro do Carmo tinha acabado de soltar um Lynce, a Romualda Fernandes tem uma história muito bonita do pai, o Luís Monteiro talvez a melhor história de primeiro dia na Assembleia, o Pompeu Martins contou-me a história da justiça de Fafe, o Duarte Pacheco além de ter vivido muito fases diferentes do Parlamento, é Presidente da União Interparlamentar, algo importante para Portugal. A Joacine Katar Moreira e Gabriel Mithá Ribeiro, pessoas que pensam de forma completamente diferente e as duas foram conversas muito interessantes. Poderia ficar umas boas horas nesse processo de reflexão.



VIAGENS PELOS DISTRITOS NO ÂMBITO DO PROJETO "OS230", COIMBRA E CASTELO BRANCO. CRÉDITOS: OS230

Qual tem sido o feedback da comunidade política acerca deste projeto?

Até agora tem sido bastante positivo. Por enquanto não tivemos ninguém a negar uma entrevista, a nossa isenção e postura também ajuda a isso.

Temos sentido muito o reconhecimento do nosso trabalho pela grande generalidade, sentem que o trabalho que tem sido feito é importante para a nossa democracia. Normalmente gostamos de conversar sobre estes assuntos depois de gravar, e sentimos que há um interesse genuíno em também nos ouvirem e curiosidade.

Se fosses um decisor político que medidas adoptarias para credibilizar o sistema político aos olhos do povo e melhorar a qualidade da nossa democracia?

A mudança mais do que por medidas, dá-se pela forma como são implementadas. As medidas às vezes são utilizadas como bandeiras que não são desfraldadas, mas sim defraudadas. Acabam por ser promessas que mesmo que

aprovadas, poucas vezes se afere o seu impacto.

Em primeiro lugar, acho que passa mesmo por uma mudança de mentalidade. Já cansa o discurso de que a política é um meio sujo. Se é um meio sujo, do qual sempre dependeremos, teremos que assumir a responsabilidade de o limpar. Importa discutir como fazê-lo sem delegar essa função a soluções ditas milagrosas que nos criarão maiores problemas a médio prazo.

Há que efetivamente perceber que a responsabilidade cívica tem de ter um papel central. Precisamos, como comunidade, de ter uma participação ativa e informada. Por isso é que quando andávamos pelo país levámos às costas uma pergunta: “e tu, o que fazes pela nossa democracia?”.

Mudar o sistema eleitoral seria importante. Saber que muitos votos são desconsiderados em vários círculos com menos mandatos por atribuir, por

não termos um ciclo de compensação regional é desconcertante.

Temos de saber a usar a tecnologia. Os meios digitais podem fomentar a consistência da participação. Sem entrar numa lógica de desresponsabilização dos agentes políticos, a tecnologia pode aumentar a transparência e clareza dos procedimentos públicos, não camuflando más práticas com excesso de informação supérflua, e diminuir burocracia. É engraçado que a burocracia aparece para evitar corrupção, e o excesso de burocracia incentiva exatamente a corrupção, porque quem complica é quem facilita em troca de contrapartidas.

Sentes que, ao contrário de ti e da equipa de Os 230, os mais jovens se têm vindo a afastar cada vez mais da política?

Não, de todo. Acho que a tendência será sempre de dizer que a geração seguinte é menos interessada e normalmente não é verdade.

Acho que os jovens encontram,



VIAGENS PELOS DISTRITOS NO ÂMBITO DO PROJETO "OS230", VIANA DO CASTELO E GUARDA.
CRÉDITOS: OS230

e bem, novas formas de participação em estruturas menos rígidas. Da mesma forma que atualmente grande parte dos jovens não têm aquela ideia de um emprego para a vida, não gostam de se vincular a algo com que não se identifiquem totalmente ou que não lhes estimule a liberdade de pensamento e ação.

A nossa equipa é um exemplo disso. Temos pessoas que nem sequer votavam e que agora sacrificam do seu tempo para incentivar a participação cívica.

Há muitos jovens por aí com projetos incríveis de âmbito local e nacional que com garra enfrentam desafios enormes, sem vitimização ou autoflagelação. Esta geração daqui a uns anos deixa de ser jovem, foi assim com as outras, será assim com as próximas. Somos passageiros e simultaneamente condutores do nosso trilho. Se deixarmos de tratar os jovens de forma condescendente, olhando mais para a competência e potencial do que para a idade em si, talvez

tenhamos instituições e empresas mais frescas a projetar o nosso país. O ser humano cresce com as responsabilidades que lhe são dadas, a ideia de não atribuir responsabilidades por uma dita falta de maturidade, ignora que a maturidade se adquire dessa forma. Volto a bater nesta tecla, isto não é dizer que os jovens devem ser postos em determinadas posições só por serem jovens, não podem é ser desconsiderados pela sua idade.

Como vêes a democracia participativa em Portugal? Estamos num bom caminho, ou ainda temos um longo percurso a percorrer para atingir os níveis de países de referência nesta matéria?

Consagramos o “aprofundamento da democracia participativa” e temos enquanto país o desafio constante de provar que não é letra morta. Ao longo dos anos foram criados vários mecanismos que permitem uma maior participação dos cidadãos, desde os orçamentos

participativos, referendos locais, iniciativas legislativas de cidadãos, o direito de petição, etc.

Para mim o passo mais importante foi o de abrir as eleições autárquicas a movimentos independentes e limitar o número de mandatos. Passámos a ter grupos de cidadãos que estando inconformados com o estado da sua freguesia e concelho se podem chegar à frente sem estarem dependentes de partidos. Na prática o que se nota é que muitos desses movimentos não são compostos por novas pessoas que se juntaram à ação política pública, mas pessoas que se afastaram ou foram afastados do seu anterior partido por desacordo, o que não deixa de trazer mais liberdade e autonomia.

A democracia, tal como a política que a salvaguarda, é complexa e trabalhosa. Não existem soluções padrão para um governo de uma sociedade, no entanto existem formas de maturação democrática que



VIAGENS PELOS DISTRITOS NO ÂMBITO DO PROJETO "OS230", PORTO E SETÚBAL. CRÉDITOS: OS230

fazem evidenciar que sistemas fechados afastam sentimento de pertença e desmotivam os seus intervenientes.

Cabe ao poder político, incluindo ao legislador, assumir abertamente o desígnio constitucional imposto, e igualmente à sociedade não conformista a promoção do escrutínio, transparência e responsabilidade, não se negando nem sonhando as suas funções e o desafio imposto. Uma constituição que cresceu com cravos, não pode hoje viver encravada, quando há imposições claras, e vantajosas para a sociedade atual, a cumprir.

Para ti quais são os 3 país mais avançados do mundo, no que diz respeito à qualidade do seu sistema político?

Sinto-me tentado a dizer os países nórdicos, mas ao mesmo tempo frustrado por ainda não os ter visitado. Imagino que a Dinamarca não seja governada pela Birgitte Nyborg, mas há outras Mulheres e Homens mais reais de elevado valor nestes países, que com sociedades civis

fortes justificam bons índices em muitos rankings.

Contudo, não suporto a ideia do papel do monarca, mesmo que figurativo, vai contra o que acredito: a meritocracia e a igualdade de oportunidades que deve reger uma sociedade.

O sistema político português, apesar de se discordar na sua definição terminológica, acho que é um sistema bastante equilibrado. Protegemos a figura de unidade do Presidente da República não lhe dando muito poder, mas não o reduzindo a um papel cerimonial. Simultaneamente, garantimos que o governo sofre o escrutínio deste, como também do parlamento.

A equipa d'Os 230 cresceu bastante! Fala-nos sobre este crescimento e da equipa que te acompanha? Continuam a recrutar novos colaboradores?

Como o projeto alcançou um rápido mediatismo após a sua fundação, conseguimos alargar rapidamente a nossa equipa e a nossa atuação. Em pouco tempo, fixámo-nos em

50 voluntários divididos por 8 departamentos de suporte e intervenção.

Continuamos a lançar ciclos de recrutamento, para renovarmos a equipa e expandirmos a nossa atuação. Queremos que isto seja um projeto que ainda esteja de pé daqui a várias décadas, mas que seja muito mais do que é hoje.

Sabemos que têm ido às escolas para sensibilizar os mais jovens acerca da importância da participação política a todos os níveis. É uma iniciativa ambiciosa...

A nossa aposta nas escolas é talvez a mais importante. Desde o início que sabíamos que era um passo que tínhamos de dar para ter resultados mais estruturais.

Tivemos logo vários convites para ir falar a escolas nos primeiros meses, e ficou claro que com a nossa dimensão não conseguiríamos chegar a todas. A lógica seguida foi: isto é importante para os jovens alunos, que se começarem a sentir o seu sentido crítico a ser



ENTREVISTAS COM DEPUTADOS NO ÂMBITO DO PROJETO "OS230". JOÃO FERREIRA E ROMUALDA FERREIRA
CRÉDITOS: OS230

estimulado mais cedo e a adquirirem ferramentas para a sua participação, sem qualquer tipo de doutrinação, vão-se tornar cidadãos mais ativos.

De que forma este projeto tem contribuído para o combate à abstenção e à necessidade de uma participação política dos jovens?

A nossa lógica é pragmática, os nossos vários projetos querem mais que discutir problemas, ajudar a resolvê-los, mas sem alguma prepotência.

Temos pessoas na nossa equipa que não votavam e que agora são voluntárias, abdicando do seu tempo para fomentarem a participação de todos. São um bom exemplo de que é preciso arranjar outra perspetiva de olhar a participação, sentiram-se cativadas por ser algo diferente e algo que têm liberdade para fazer acontecer.

Queremos mesmo mudar mentalidades e reforçar o sentimento de pertença, por isso é que não nos ficamos só pelo Parlamento, queremos chegar onde ainda não estamos.

estimulado mais cedo e a adquirirem ferramentas para a sua participação, sem qualquer tipo de doutrinação, vão-se tornar cidadãos mais ativos.

Realizam as I Jornadas de Literacia Política e Democrática? Queres falar um pouco sobre esta iniciativa?

As jornadas de Literacia Política e Democrática são um evento que pretende capacitar os participantes não só com conhecimento político, mas também com ferramentas para que possam expandir e partilhar esse mesmo conhecimento com mais cidadãos, nomeadamente mais jovens nas escolas, ou através de outras iniciativas.

Tiveram lugar no dia 11 de Março no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, contando com o apoio institucional da mesma, do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, do Instituto Português

do Desporto e Juventude e do Centro de Juventude de Lisboa.

Nesta primeira edição contámos com professores que falaram sobre a nossa constituição, o Estado e Administração Pública, União Europeia, Direitos Humanos e Sistema Político, com jovens ativos sobre participação cívica, deputados sobre o papel da democracia representativa, a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares sobre o funcionamento do Governo e uma mensagem à distância do Presidente da República.

Estão presentes nas redes sociais e têm uma página web. Qual é o público que vos segue mais?

Temos o nosso site (www.os230.pt) e estamos presentes em quase todas as redes. Por acaso não estamos no Tiktok, mas não é por estarmos a seguir diretrizes internacionais.

Queremos chegar a todos os portugueses, e por isso também estamos a tentar que os nossos conteúdos cheguem a outros



ENTREVISTAS COM DEPUTADOS NO ÂMBITO DO PROJETO "OS230".
ANDRÉ COELHO LIMA. CRÉDITOS: OS230

meios, mas essencialmente os nossos seguidores têm sido jovens. No Instagram e no Youtube, por exemplo, metade tem entre 25 e 34 anos e um terço entre os 18 e 24.

No vosso site têm uma secção dedicada à Sociedade 2:30. Podes-nos explicar o conceito?

A Sociedade 2.30 nasce com a importância de demonstrar que a política é de todos, não é, ou não pode ser, detida por apenas alguns setores da sociedade. Queremos ouvir especialistas e personalidades de várias áreas em cerca de 2 minutos e 30 segundos sobre temas a que se associem, de forma a promover um conhecimento transversal por toda a comunidade, e perceber de que modo a responsabilidade cívica também está presente nas suas vidas. Além disso, será também uma boa oportunidade de darmos voz a muitos cidadãos competentes de várias gerações e de promover conexões entre a sociedade civil.

Precisamos de uma sociedade civil forte, coesa e dinâmica.

Para além de Os 230 quem é o Francisco Cordeiro de Araújo? O que fazes profissionalmente? Quais são os teus passatempos? O que mais te apaixona? E quais são as tuas ambições?

Considero-me um Empreendedor Cívico.

É sempre difícil definirmo-nos, preferimos normalmente deixar esse trabalho para os outros. No outro dia dei por mim a pensar nisso, porque muitas vezes confundimos o que somos com o que fazemos. E estas duas palavras, que confirmei no google serem utilizadas conjuntamente, correspondem ao que sinto que sou, um conceito que sendo parte da minha identidade influencia a minha atuação.


Tento abraçar várias missões. Além de Presidente da Democracia 2.3 e Fundador da Os 230, sou membro do Lidera, uma comunidade de jovens com foco na ação climática, e dou por mim a ser orador em sessões de diversa natureza.

Estas experiências têm moldado a minha maneira de ser e fizeram-me crescer bastante. Nos últimos anos, fui Presidente da ELSA Portugal, uma associação que me deu muito mundo, grandes amigos lá fora e o compromisso com uma visão humana única.

Coordenei durante dois meses e meio as operações do projeto Cama Solidária que prestou ajuda aos hospitais durante a pior vaga de COVID-19 em Portugal, participei na COP 26 Glasgow e fui voluntário na Ucrânia e na sua fronteira em 2022, prestando apoio humanitário com a Cruz Vermelha e outras organizações, todas experiências que me marcaram bastante.

Cresci nos Açores, na Ilha Terceira, e por isso sinto-me Açoriano, é uma paz de espírito que me preenche, aquela terra tem algo de especial e é parte de mim. Depois estudei durante 8 anos no Colégio Militar, aprendendo importantes valores que ainda hoje são a minha bússola.

Profissionalmente, sou Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Sou também investigador, estando atualmente a escrever a minha dissertação sobre o reconhecimento do direito humano ao ambiente e as suas repercussões.

Sobre o futuro: quero continuar a viver intensamente. A vida é curta demais para não ser vivida. 

sociedade

A História de uma Serva



MÓNICA CORREIA
DOUTORANDA EM
COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

A “História de uma Serva” é uma narrativa magistral escrita por Margaret Atwood. Trata-se de uma distopia, com reminiscências Orwellinas, que descreve um lugar, Gileade, onde as normas estabelecidas subjagam implacavelmente as mulheres.

Gileade representa uma sociedade assente numa ideologia estruturada em torno de normativas militares e valores cristãos extremamente rígidos. A cúpula do poder é ocupada apenas por homens, estando as suas mulheres diminuídas, voluntariamente, dos seus direitos. Esta sociedade enfrenta, contudo, uma questão existencial: as mulheres dos homens do poder, os fundadores do

regime, são inférteis, pelo que a continuidade da sociedade está sob ameaça.

Como forma de resolver o problema, mulheres férteis são capturadas e feitas servas com o único propósito de gerarem filhos para a elite estéril. Esta é, aliás, a sua única função nesta sociedade. As mulheres, no romance de Atwood, ocupam apenas três tipos de funções: serviçal, reprodutora e recreativa.

A invocação da “História de uma Serva” é, evidentemente, uma provocação. Gileade não é em nada semelhante à nossa sociedade, ao dia de hoje. Tem, contudo, o mérito de nos fazer questionar: poderia acontecer aqui? Esta simples interrogação permite-nos levantar os alertas necessários para nos agitarmos quando estivermos a dirigir-nos para esse lugar sombrio.

Apesar de vivermos numa sociedade onde as mulheres são cada vez mais respeitadas, a igualdade de género não é, ainda, uma realidade. Inquestionavelmente as mulheres e os homens em

Portugal não têm as mesmas oportunidades e nem são tratados da mesma forma. A realidade continua a fornecer-nos evidências de que existem disparidades persistentes e que, se nada for feito, não irão desvanecer-se nas próximas décadas.

O World Economic Forum, no seu Global Gender Gap Report 2022, indica que serão necessários 132 anos para que a paridade entre sexos seja completamente atingida, a nível global. Na Europa este hiato já é de “apenas” 60 anos.

O mesmo relatório coloca Portugal no lugar nº 29, com um hiato entre homens e mulheres de 76,6% - os 100% significam a paridade total. Como referência, o país do mundo com o menor hiato é a Islândia, com 90,8%, sendo mesmo o único país do mundo que encurtou em mais de 90%.

Encurtar o hiato é tão relevante que faz mesmo parte dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Este objetivo pretende acabar com todas as

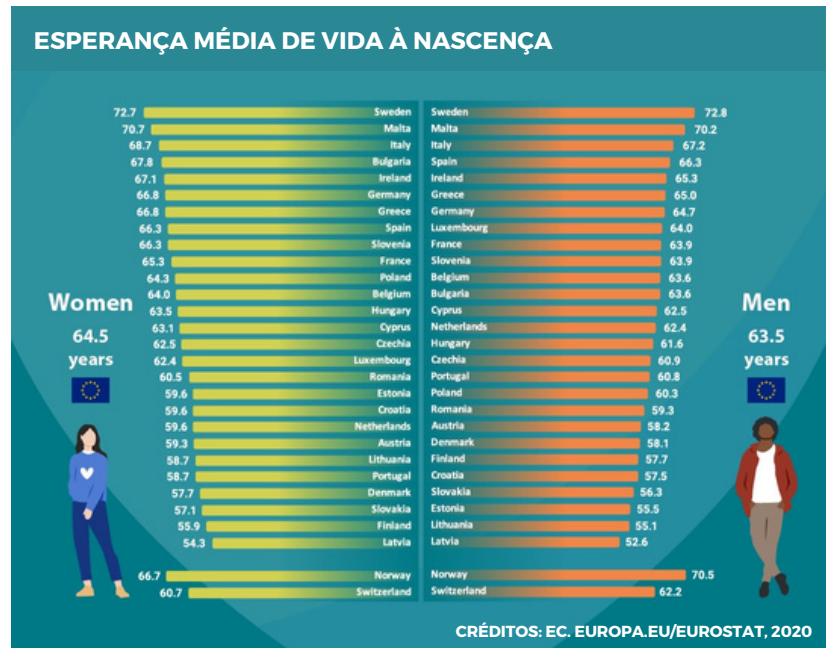


CRÉDITOS: AQUI HÁ FUTURO!

formas de discriminação contra todas as mulheres em todos os lugares do mundo, e garantir a participação plena e efetiva das mulheres na sociedade, com igualdade de oportunidades.

O hiato é fruto dos resultados obtidos em vários subdomínios: saúde, educação, empoderamento económico e participação cívica e política. Consoante o lugar do mundo que observemos, estes subdomínios ganham proporções diferentes, e podem ser causa e consequência da persistência do hiato. Um exemplo: menores níveis de educação conduzem a empregos mais precários e mal pagos, que só permitem viver em locais mais remotos ou expostos a agentes nocivos, aumentando os fatores de risco para a saúde. Viver com privações aumenta também os níveis de stress e diminui o exercício da cidadania. Esta é uma situação comum, vivida por muitas mulheres no mundo (também em Portugal), que é agravada quando vivem sozinhas com filhos a cargo.


A esperança média de vida à nascença em Portugal é de 81,1 anos. As mulheres portuguesas têm uma esperança de vida à nascença cerca de 6 anos superior à de um homem (84,1 anos em oposição a 78 anos), no entanto a sua esperança de anos de vida saudável à nascença (healthy life years) é mais reduzida, são menos 2 anos. De acordo com os dados fornecidos pela Eurostat (2020), as mulheres portuguesas são mesmo das que vivem menos anos saudáveis (58,7), bastante



abaixo da média da EU (64,5). Podemos começar por perguntar-nos porque é que as mulheres têm uma maior esperança de vida à nascença, mas esta é uma questão para a qual a ciência ainda não tem respostas definitivas. Crê-se que tal possa estar relacionado com o facto de uma dupla de cromossomas iguais (XX) ser uma combinação mais vantajosa dos que dois cromossomas diferentes (XY).

Sabe-se também que as hormonas têm um papel protetor nos riscos cardiovasculares nas mulheres. Mas devemos também interrogar-nos porque é que, com mais anos de vida, as mulheres têm uma expectativa de menos anos de vida saudável? Talvez a resposta resida nas condições a que são sujeitas ao longo da vida...

Os fatores socioeconómicos têm um reflexo direto na saúde pelo que, existindo disparidades nestes fatores, se

produzem resultados diferentes em saúde. A testemunhá-lo estão as diferenças observáveis na esperança de vida de cidadãos com diferentes níveis de instrução. São, por isso, designados de Determinantes Sociais da Saúde. Agir nos determinantes sociais da saúde é um contributo para encurtar o hiato. Ao proporcionar igualdade de oportunidades estamos a melhorar as condições de vida e a aumentar a esperança de anos de vida saudável, pelo que passaremos a ter mais pessoas a viver melhor durante uma parte cada vez mais significativa da sua vida. Significa também um alívio nos encargos para o setor da saúde e pessoas ativas e interventivas na sociedade. Encurtar o hiato é também um desígnio liberal, um sistema cujo maior benefício é, nas palavras de Fukuyama, proporcionar a cada cidadão o potencial de viver uma vida plena, baseada na justiça e a igualdade de oportunidades. 

educação

A "municipalização" da educação: a experiência de Oeiras



HÉLDER SÁ
DIRIGENTE SINDICAL

Desde que o Governo de António Costa / Partido Socialista tomou a decisão de transferir mais competências para os municípios em matéria de Educação, negociada e iniciada durante o Governo PSD/CDS, de Pedro Passos Coelho, há uma “choradeira” de sindicatos de professores, com a alegação que a “municipalização é um erro”, sem especificar o dito erro e reiterando que o assunto deve voltar a ser debatido na Assembleia da República “a fim de se evitar um erro gravíssimo, cujas consequências podem ser irreversíveis” (sem dizer quais).

Em 2015, o Município de Oeiras, juntamente com mais 14 municípios, aceitou a transferência de competências na área da Educação.

Na altura, a “choradeira” dos sindicatos da CGTP, controlada pelo Partido Comunista

Português, foi a mesma: que os trabalhadores não docentes iam ficar pior!

Houve inclusive um sindicato (que se arvora dos trabalhadores em funções públicas e sociais do sul e das regiões autónomas) que lançou um abaixo-assinado contra esta transferência de competências...

Felizmente, os decisores políticos mantiveram-se firmes e, ao abrigo do Contrato Interadministrativo n.º 558/2015, celebrado no dia 17 de julho de 2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 145, de 28 de julho e, posteriormente, no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o Município de Oeiras, passou a ser responsável pelas seguintes áreas:

- a) Pessoal não docente (assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores;**
- b) Infraestruturas (edificado) das escolas;**
- c) Gestão dos refeitórios.**

Digo felizmente porque a descentralização de competências reforça o Princípio da Subsidiariedade, “princípio de organização social que sustenta que questões sociais ou políticas de uma sociedade devem ser resolvidas no plano local mais imediato que seja capaz de resolvê-las”, inscrito no Tratado da União Europeia.



CRÉDITOS: AQUI HÁ FUTURO!



CRÉDITOS: AQUI HÁ FUTURO!

Centrando o objeto deste artigo nos recursos humanos e nos trabalhadores não docentes, é possível constatar que estes passaram a ter acesso a várias valências disponíveis no “Gabinete Médico” do Município, p.e., consultas de Medicina Geral e Familiar, consultas de Medicina do Trabalho, consultas de Nutrição, consultas de Psicologia, Massagem Terapêutica, Enfermagem, estando para breve a oferta de consultas de Osteopatia.

Ao apoio médico e de enfermagem acrescem valências de apoio social, como sejam a atribuição de subsídios educacionais, de bolsas de estudo, de prendas de Natal para os seus filhos até 12 anos e do Cabaz de Natal.

Ou seja, ao contrário do vaticinado pela CGTP, os trabalhadores ficaram melhores!

Mas em matéria de educação, há ainda um longo caminho a percorrer, nomeadamente ao


nível da gestão do parque escolar, cuja manutenção e modernização do edificado só pode ser acautelada de forma atenta e eficiente sob a gestão dos municípios. Em Oeiras, veja-se, por exemplo, o estado de decadência em que o Ministério da Educação entregou a Escola Secundária Professor José Augusto Lucas, em Linda-a-Velha ou a Escola Básica Professor Noronha Feio, em Queijas.

Outro passo importante passará pela nomeação de um dirigente do município para assegurar a gestão dos agrupamentos de escolas, cessando o atual modelo organizativo que delega nos professores a direção e coordenação das escolas, limitando-se estes a assegurar o cumprimento do plano curricular aprovado pelo Ministério da Educação. Não há como contornar: o atual modelo está esgotado!

Mas, tal como em 2015, o “bicho-papão” contra a “municipalização” dos trabalhadores não docentes é,

de novo, agitado contra a “municipalização” dos professores e educadores.

Perante este medo infundado, deixo aqui algumas questões: é melhor o actual modelo de precariedade? É melhor os professores andarem a “saltitar” de uma escola para a outra, terem que calcorrear dezenas ou até centenas de quilómetros diariamente, sem qualquer previsão de estabilidade para poderem construir os seus projectos de vida? Ou será preferível que estes integrem o mapa de pessoal de um município, sabendo que a sua atividade será exercida na área geográfica desse município?

O medo dos sindicatos comunistas é que, havendo melhores condições de trabalho, potenciando a conciliação da vida profissional com a vida familiar, os professores e educadores abandonem esses sindicatos que fazem do miserabilismo o seu “modus operandi”. Voltaremos a este tema, o qual não se esgota neste texto. 

pelos
caminhos de...

Fórum Municipal de Oeiras



Numa entrevista recente ao jornal Expresso, o atual Presidente da Câmara de Oeiras afirmou "Às vezes olho para o Marquês de Pombal e pergunto-lhe: Se tivesses uma coisa destas o que fazias? E ele diz-me: Faz maior".

E de facto o atual executivo parece levar este conselho à risca. Quer seja no Espargal, onde já depois da venda dos terrenos das antigas oficinas camarárias a um privado, decidiu alterar a respetiva unidade de execução, à revelia dos legítimos interesses da população, para permitir a construção de duas torres de 19 andares; quer seja nos empreendimentos projetados pelo próprio Município, como é exemplo o futuro Fórum Municipal de Oeiras.

Trata-se de uma mega construção com 17 pisos acima do solo, que irá albergar todos os serviços municipais, acolher diariamente cerca de 1000


trabalhadores, assim como todos aqueles que necessitem de aí se deslocar para serem atendidos.

Entendemos que o enquadramento urbanístico não é a melhor escolha para um edifício desta dimensão. Para além de estar implantado numa praça residencial com edifícios de 5 pisos acima do solo, basta passar hoje por essa zona nas horas de ponta para facilmente constatar que esta área não é servida por uma rede viária ou de transportes públicos minimamente adequadas para uma infraestrutura e um fluxo de pessoas desta envergadura.

A ter que se construir uma nova sede com estas proporções e impacto, o local que mais sentido faria seria o Taguspark, uma vez que se trata da única área de concelho com a capacidade e as infraestruturas necessárias para receber um equipamento público desta natureza. Bastava

para tal que a autarquia investisse num adequado plano de mobilidade intermunicipal que tanta falta faz a Oeiras.

A construção do Fórum Municipal no Taguspark traria também a vantagem de poder ser projetado como um verdadeiro Campus, com vários edifícios de menor volumetria, interligados entre si e com os espaços verdes e de lazer envolventes.

Para além de uma potencial poupança no custo da obra, que de 28M iniciais já derrapou para os 60M, a Câmara de Oeiras teria a oportunidade de oferecer aos seus trabalhadores condições de trabalho dignas, promotoras da sua qualidade de vida e da sua felicidade, ao mesmo tempo que daria um passo importante rumo à modernidade... Ao invés, ficaremos, nas palavras do próprio presidente da autarquia, "gloriosamente esmagados" por mais uma obra faraónica! 

livros

Sá Carneiro



VÍTOR CARMONA
GESTOR DE PESSOAS

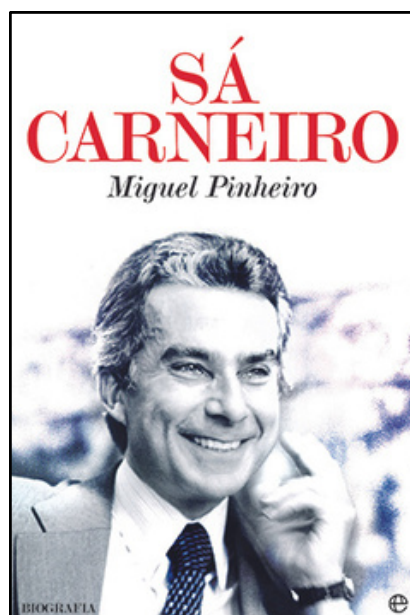
Um Governo, uma Maioria, um Presidente. Este famoso slogan representa aquilo que Francisco Sá Carneiro foi: um político corajoso, lutador, ambicioso, disposto a criar

clivagens e a correr riscos para reformar o País, que estava amarrado a um desígnio socialista pelo Conselho da Revolução, e trazê-lo para o concerto das democracias liberais europeias.

Ao longo das 600 páginas, que constituem esta biografia pessoal e política assinada pelo director do Observador, o jornalista Miguel Pinheiro, vemos um Sá Carneiro a partir de várias lentes: a criança doente e frágil, o jovem advogado, o liberal rebelde, o político astuto, o governante corajoso e, finalmente, o homem apaixonado.

Apesar do volume da obra, os capítulos devoram-se uns atrás os outros, tal é a velocidade e a voracidade dos acontecimentos que envolveram Sá Carneiro, principalmente após a fundação do PPD/PSD.

Uma obra cheia de episódios e histórias desconhecidas da maioria, e de leitura obrigatória para todo o social democrata que queira conhecer e entender esta figura incontornável do Portugal contemporâneo, que morreu demasiado jovem nas trágicas circunstâncias que todos nós sabemos, transformando-o no mito que é hoje. **i**



cartoon

O Conde e o Marquês





CRÉDITOS: AQUI HÁ FUTURO!

idades com
futuro

Um clique para melhorar a habitação



PEDRO FONSECA
ARQUITETO/URBANISTA

O acesso à habitação é um direito consagrado na constituição portuguesa: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

Deste modo, o Estado deve programar e executar uma política de habitação que inclua uma estratégia a médio e longo prazo, quer ao nível do ordenamento do território, quer na facilitação do acesso à edificação de novas unidades residenciais. No entanto, verifica-se que os procedimentos para legalizar as novas construções junto das entidades públicas nacionais, são processos morosos, complexos e demasiado burocráticos. Este excesso de trâmites administrativos, reflete-se depois no valor que os clientes pagam pelas novas habitações.

Em Lisboa, por exemplo, no momento em que as casas são colocadas à venda, o atraso nos processos de licenciamento chega a custar 500 euros por cada metro quadrado - como referiu o presidente executivo da Avenue, uma das maiores promotoras imobiliárias em Portugal. O processo de licenciamento de uma simples moradia chega a demorar um ano para receber a aprovação junto das câmaras municipais. Os clientes desesperam e os projetistas perdem tempo e recursos em *papelocracia*.

A crise do setor imobiliário em Portugal é agravada pelo facto dos processos de licenciamento serem demasiado burocráticos e pouco digitais.

COM A PLATAFORMA DIGITAL
eLICENCIAMENTO
OS PROCEDIMENTOS PARA NOVAS
CONSTRUÇÕES FICAM MAIS FÁCEIS,
RÁPIDOS E TRANSPARENTES

CRÉDITOS: AQUI HÁ FUTURO!

Mas como é que se combate um problema tão complexo, e com que medidas?

Proponho uma medida contemporânea da era digital: implementar uma nova plataforma informática denominada "eLicenciamento".

O eLicenciamento é um balcão digital de submissão de processos de licenciamento - igual em todos os municípios de Portugal - com o objetivo de facilitar, poupar recursos, melhorar a transparência e diminuir o tempo de aprovação de novos projetos.

O desenvolvimento desta plataforma pode inclusivamente beneficiar dos apoios do PRR, que em articulação com os requisitos das autarquias, associações e ordens profissionais, será uma

ferramenta que coloca à disposição dos munícipes e público em geral, os mais variados serviços municipais. Com o registo na plataforma, evitam-se deslocações desnecessárias ao atendimento presencial e é mais cómodo e mais rápido. Neste balcão digital trata-se de tudo online, desde a simples licença de um toldo para um comerciante local, aos projetos de arquitetura e especialidades de engenharia para um novo edifício. Na comodidade do computador, é possível visualizar em que fase se encontra o processo, em que departamento, com que técnico, que pareceres já foram emitidos e o ponto de situação em que este se encontra.

A comunicação com o requerente é rápida e os officios enviados através do sistema. Poupa-se tempo e dinheiro e o reflexo é visível no menor custo por metro quadrado das futuras construções. Combate-se a especulação imobiliária, cuja valorização está, em grande parte, associada aos anos de

burocracia praticada nas câmaras municipais.

Relativamente às especificidades de cada município (designadamente ao nível dos regulamentos municipais e cartas de ordenamento do território) a plataforma tem acessos simplificados e intuitivos, cruzando, por exemplo, os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, os Planos Intermunicipais, os Planos Diretores Municipais ou os tão necessários Planos de Pormenor; com a área do terreno ou edifício proposto para licenciar.

O balcão digital eLicenciamento vai contribuir para a melhoria do setor da construção em Portugal. Vai poupar recursos às autarquias gastos em plataformas independentes. Vai homogeneizar procedimentos, de forma a que todos os técnicos projetistas utilizem a mesma linguagem de âmbito nacional. E o cliente final vai ganhar transparência e celeridade na obtenção dos seus pedidos de licenciamento. 